

## LUTA ESTUDANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS FORMAS E CONTEÚDOS DA RESISTÊNCIA

## LUCHA ESTUDIANTIL EN LA CONTEMPORANEIDAD: NUEVAS FORMAS Y CONTENIDOS EN RESISTENCIA

Fernanda Cristina de Assis Silva<sup>1</sup>

Daniele Batista Brandt<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute as novas formas e conteúdos da luta estudantil na defesa da educação superior pública na atualidade. Está baseado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo com estudantes dos movimentos e coletivos estudantis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Os resultados revelam o acirramento das lutas frente aos ataques do atual governo à universidade e à ciência, o surgimento de novas formas de ativismo, a intensificação do uso das tecnologias de comunicação e informação, e a ampliação dos conteúdos das pautas na perspectiva interseccional. Conclui que as novas formas e conteúdos da luta estudantil reforçam o papel da juventude no questionamento das relações sociais vigentes e na resistência aos desafios do tempo presente.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil. Universidade. Lutas contemporâneas. Ultraneoliberalismo. Pandemia.

**Resumen:** El artículo discute las nuevas formas y contenidos de la lucha estudiantil en la defensa de la educación superior pública en la actualidad. Se basa en investigaciones bibliográficas, documentales y de campo con estudiantes de los movimientos y colectivos estudiantiles de la Universidad Estadual de Rio de Janeiro (UERJ). Los resultados buscan revelar la intensificación de las luchas frente a los ataques del actual gobierno a la universidad y la ciencia, el surgimiento de nuevas formas de activismo, la intensificación del uso de las tecnologías de la comunicación y la información, y la expansión de los contenidos de las agendas desde la perspectiva interseccional. Concluye que las nuevas formas y contenidos de la lucha estudiantil refuerzan el papel de la juventud en el

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: 0000-0002-3409-3730. E-mail [feernandassis@gmail.com](mailto:feernandassis@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e doutora em Serviço Social pela UERJ. Especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da UERJ e especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Fundamentos Teórico-práticos do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UERJ). ORCID: 0000-0003-2416-1928. E-mail [daniele.brandt@uerj.br](mailto:daniele.brandt@uerj.br)

Artigo submetido em: 17 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 19 de julho de 2022.

p. 124-137. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202224>

cuestionamiento de las relaciones sociales vigentes y en la resistencia a los desafíos del tiempo presente.

**Palabras clave:** Movimiento Estudiantil. Universidad. Luchas contemporáneas. Ultraneoliberalismo. Pandemia.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a luta estudantil na contemporaneidade, com o objetivo de discutir as novas formas e conteúdos de atuação desses sujeitos sociais na defesa da educação superior pública, gratuita e de qualidade. Cabe destacar que o artigo apresenta parte dos resultados do trabalho de conclusão de curso "Formas e conteúdos no movimento estudantil na contemporaneidade: como os novos ativismos impactam a luta estudantil da UERJ" (SILVA, 2021), baseado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo realizada na Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2021, tendo como sujeitos de pesquisa os estudantes que participam de movimentos e coletivos estudantis na referida universidade. Os resultados da pesquisa buscaram analisar o acirramento das lutas frente aos ataques do atual governo à universidade e à ciência, o surgimento de novas formas de ativismo, a intensificação do uso das tecnologias de comunicação e informação, e a ampliação dos conteúdos das pautas na perspectiva interseccional. Para isto, analisamos a partir de como os movimentos sociais são interpretados através do tempo.

Gohn (1997) vai se referir aos movimentos sociais como ações dos homens na história, como ondas que vão e voltam, de acordo com a dinâmica do conflito social. Para a autora, o conflito é o ponto de partida da luta social, que irá buscar soluções para determinada situação que está posta, ou, até mesmo a sua manutenção. Segundo Irachande (2017) nem todas as sociedades percebem a importância dos movimentos sociais, fato que é agravado diante de governos liberais de extrema direita, que concebem os movimentos sociais como perturbadores da ordem ou inibidores de interesses.

No último século, um dos movimentos sociais de maior atuação tem sido o estudantil. Muito embora seja um movimento social constituído a partir da vinculação dos sujeitos a uma instituição de ensino, com caráter transitório, policlassista e juvenil, o movimento estudantil tem sido uma força social fundamental em vários processos históricos, dentre os quais destacam-se o "Maio de 1968", na França, as lutas contra a Ditadura, no Brasil e, mais recentemente, nas "Jornadas de Junho de 2013", no Brasil (LEFEBVRE, 1968; POERNER, 1968; MANDEL, 1979; MPL-SP, 2013).

Nos últimos anos, o movimento estudantil brasileiro, acompanhando o próprio movimento da sociedade, vem passando por transformações, tanto nas suas formas de organização, com o questionamento aos modelos tradicionais de militância centralizado em entidades e o crescimento dos coletivos de ativistas (SALES, 2019), quanto nas suas formas de atuação, não mais restrito ao ativismo nas ruas, mas contemplando também o ciberespaço (ALCANTARA, 2015). Como também, nos seus conteúdos de atuação, incorporando outras pautas, para além da educação e formação humana, rumo à interseccionalidade das questões de classe, raça e gênero que atravessam a formação social do Brasil e da América Latina (RIOS et al, 2018).

Desta forma, cabe destacar que o presente artigo será desenvolvido em três seções: a primeira apresenta um breve panorama das lutas em defesa da educação superior após o golpe de 2016 e no atual governo; a segunda aborda a emergência de novas formas e conteúdos de luta da juventude, em especial, dos estudantes, nesse contexto; e a terceira discute algumas tendências desse processo na luta estudantil da UERJ; e, por último, algumas considerações finais.

## LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

A conjuntura que se abre com a crise de 2008 foi um marco determinante para a aceleração dos processos de expropriação, privatização e exploração dos trabalhadores, o que justifica sua caracterização como ultraneoliberalismo (ANTUNES, 2018; BRANDT e CISLAGHI, 2020). Como parte desse processo, Michel Temer (PMDB) chegou ao poder após a articulação de um golpe parlamentar, jurídico e midiático contra Dilma Roussef (PT). E uma das principais iniciativas de seu governo foi a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal, impondo um teto de gastos para os próximos vinte anos. Do ponto de vista da educação, tal iniciativa significou a desvinculação da obrigatoriedade dos mínimos constitucionais na educação e consequente des/subfinanciamento do setor.

Além disso, governo também anunciou mudanças para o ensino médio, prevendo a flexibilização do currículo, mediante a opção dos estudantes por áreas (línguas, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional), o fim da obrigatoriedade das disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia, bem como o aumento da carga horária mínima anual, com a possibilidade de seu

reaproveitamento no ensino superior, entre outras medidas. Nesse contexto, ganhou força o “Movimento Escola Sem Partido”, criado em 2004 por pais, estudantes e parlamentares do campo conservador, que buscam materializar uma agenda regressiva para a educação brasileira. Este movimento vem propondo mecanismos de censura, perseguição e criminalização da liberdade de expressão e de cátedra nas instituições de ensino, devido à forte ideia de “doutrinação ideológica” supostamente praticada por professores, estudantes e, inclusive, entidades estudantis.

Frente esse quadro, os estudantes secundaristas, inicialmente em São Paulo e, posteriormente, em inúmeras cidades brasileiras, ocuparam centenas de escolas e derrotaram a reorganização escolar, fazendo deste o maior movimento de ocupações da história do país<sup>3</sup>. Os estudantes enfrentaram a repressão do Estado, a criminalização da mídia, e ainda os frequentes ataques da direita. As ocupações receberam apoio por parte de professores, estudantes, movimentos estudantis, entre outros. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) também ajudaram na organização das ocupações, manifestações, e na articulação entre as escolas. Por outro lado, houve também oposição de uma parte de estudantes e responsáveis contrários, que defendiam a desocupação de escolas e universidades do país pelo retorno das aulas. Setores da mídia, assim como alguns políticos também se mostraram contrários às ocupações dos espaços acadêmicos, acusando os estudantes de invasão e de serem “massa de manobra”, financiados e/ou doutrinados por professores, partidos políticos e sindicatos. Esse movimento contrário a estas manifestações, denominado “Desocupa”, teve apoio do “Movimento Brasil Livre” (MBL)<sup>4</sup>.

O governo Bolsonaro (PSL), eleito pelo voto popular, após uma campanha marcada pelo conservadorismo, ausência de debates, além da sua associação ao projeto ultraneoliberal e neofascista, representou o avanço da direita conservadora no país. E, após quase três anos de governo, vem conduzindo sistemáticos ataques à educação e, em especial ao ensino superior, como também à ciência e ao conhecimento produzido nas universidades públicas. Durante esse período houve intensa troca de ministros, sobretudo nas pastas da Saúde e na Educação. Pelo Ministério da Educação, já passaram até o

---

<sup>3</sup>Em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/estudantes-que-participam-de-ocupacoes-querem-maior-participacao-nas-decisoes.061927c5602c463facde20eb4e4615fb3w2qiw5t.html> Acesso em 13 out. 2021

<sup>4</sup> Movimento político criado em 2014 por um segmento da juventude que defende o liberalismo econômico para atuação do Estado brasileiro.

momento: Ricardo Vélez, Abraham Weintraub, Renato Feder, Milton Ribeiro e, atualmente, Victor Godoy. Quase todos estiveram envolvidos em polêmicas, sendo responsáveis por falas preconceituosas sobre as universidades públicas, seus professores e estudantes, além de denúncias quanto ao ex-ministro Milton Ribeiro repassar verbas do ministério para municípios indicados por dois pastores, a pedido do presidente Bolsonaro<sup>5</sup>. Contudo, foi uma fala de Weintraub que causou grande alvoroço ao acusar as universidades de promoverem “balbúrdia”<sup>6</sup> e autorizar o maior corte nos orçamentos da história do ministério, ao mesmo tempo em que o governo liberou recursos para emendas parlamentares, em troca da aprovação da sua contrarreforma da Previdência Social<sup>7</sup>. Movidos pelas medidas e posicionamentos do referido ministro, o movimento estudantil criou uma onda de manifestações pelo Brasil, conhecida como a “Tsunami da Educação”. Essas manifestações reuniram milhões de pessoas pelo Brasil durante 2019, em resposta aos ataques do governo à educação.

Em 2020, com a pandemia de COVID-19, medidas de prevenção do contágio resultaram na suspensão de atividades, como as aulas presenciais. A solução dada pelo governo foi a sua substituição pelo ensino remoto com mediação tecnológica, conforme Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020<sup>8</sup>. No entanto, esse processo significou uma transferência de responsabilidade sobre as condições para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem aos próprios professores, estudantes e suas famílias. Sem recursos pedagógicos, tecnológicos e informacionais adequados às necessidades da comunidade acadêmica, a excepcionalidade do ensino remoto, que cada vez mais se revela uma forma precária de ensino à distância, vem contribuindo para o aprofundamento das desigualdades educacionais em todo o país.

Um dos exemplos mais significativos dessas desigualdades foi o baixo número de estudantes inscritos e de participantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O fechamento das escolas durante a pandemia, a baixa qualidade do ensino remoto, a

---

<sup>5</sup> Em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/28/governo-oficializa-saida-de-milton-ribeiro-quarto-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.ghtml> Acesso em 15/0/2022

<sup>6</sup> Em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mec-vai-cortar-verba-de-universidades-que-tiverem-baixo-desempenho-fizerem-balburdia-23631766> Acesso em: 13 out. 2021.

<sup>7</sup> Em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/weintraub-admite-ser-corte-r-926-milhoes-do-orcamento-da-educacao-remanejados-para-pagar-emendas.shtml> Acesso em: 16 abr. 2021.

<sup>8</sup> Em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872> Acesso em 13 out. 2021.

ocorrência da doença e da morte, além do próprio impacto na renda dos estudantes e de suas famílias, foram fatores que contribuíram para esse quadro. Por outro lado, destaca-se a importância da atuação do movimento estudantil, através das suas entidades estudantis, na luta pelo adiamento da prova e para a garantia de condições mais adequadas para a sua realização.

Com isto, as formas de precarização da vida corroem a educação, em um cenário político, educacional e sanitário ainda distante de um horizonte de mudanças. Soares (2020) analisa o ensino à distância como uma herança que a pandemia vai deixar na vida dos brasileiros, seja na universidade ou no trabalho, que expressa as novas tendências do capitalismo informacional, mas também tendências do projeto neoliberal brasileiro que, juntamente à militarização das escolas, se complementam, ao atenderem a dois objetivos comuns: a ultracentralização da educação e o controle dos corpos e mentes.

## NOVAS FORMAS E CONTEÚDOS DA LUTA ESTUDANTIL NA CONTEMPORANEIDADE

Com o avanço das lutas contemporâneas, uma das dificuldades atuais do movimento social e das ações coletivas é conseguir definir as semelhanças e as diferenças entre a militância e o ativismo. Esses termos que se esbarram nas ruas, soam quase como sinônimo para a maioria, quando colocado em uma lente de aumento vamos começando a perceber distinções entre eles.

Sales (2019) vai compreender esses fenômenos como semelhantes, todavia, utilizando suas formas de atuação e organização de maneiras distintas. Os militantes contemporâneos são entendidos por suas formas hierarquizadas e centralizadas nas decisões, além das inúmeras demandas fazendo com que seus integrantes abdicuem de seu tempo com família e amigos que não fazem parte do movimento/entidade que fazem parte. Enquanto os ativistas apresentam ausência de hierarquia e as decisões sendo tomadas de forma horizontal, fazendo o coletivo dinâmico e com autonomia entre seus membros.

Vale ressaltar que esta necessidade de aprofundar os conceitos surgiu com estrondoso crescimento global de ações coletivas conservadoras e reacionárias, iniciadas principalmente a partir das jornadas de protestos de junho de 2013, a partir do qual foi percebido o crescimento da utilização do termo "ativismo" (SALES, 2019).

Segundo este autor, a preferência quanto à utilização do termo "ativismo" parte do entendimento de como esses grupos enxergam a militância e a sua organização. Ele resgata

que o termo “militância” é algo empregado desde o fim da Idade Média, e que, segundo Silva (2003, p.56), “fazia menção ao pertencimento de um indivíduo que ingressa nas organizações protomilitares criadas para defesas dos primeiros burgos”.

As características da militância provocaram em alguns indivíduos críticas e oposições, como a questão da centralidade e a hierarquização, provocando o anseio pela luta autonomista. De maneira geral, os coletivos ativistas se colocam contrários às estruturas organizativas hierárquicas, à centralização das informações dos processos decisórios e à rigidez militarizada que caracterizaria os movimentos militantes. Com isso, ativistas de movimentos pelo passe livre, feministas, coletivos negros, LGBTQIA+<sup>9</sup>, meio ambiente e outros diversos têm preferido arranjos descentralizados, em coletivos, nos quais a liderança e as decisões são partilhadas entre muitos.

Todavia, estes debates não ficam restritos apenas aos espaços de encontros e às ruas, mas estão ocupando cada vez mais os espaços da internet. Com advento das tecnologias e da internet, as transformações políticas e sociais que ocorrem no mundo, estão sendo acompanhadas sob olhares e opiniões diversas de pessoas através do espaço digital. Este espaço digital tem como estrutura as redes sociais, que conectam pessoas, aproximando quem está longe, e permitindo que qualquer indivíduo produza seus próprios conteúdos.

Tanto os militantes quanto ativistas vêm utilizando as novas tecnologias de comunicação e informação para dar corpo a suas ações e têm na ideia das redes sociais seu modelo organizativo estratégico. Contudo, vem ganhando maior espaço no ativismo, trazendo um novo conceito para o debate nas redes sociais, ficando conhecido como “ciberativismo”.

Silveira (2016) conceitua o ciberativismo como um conjunto de práticas em defesa de causas e lutas políticas, como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas”. Já para Alcântara (2015), o ciberativismo, na América Latina, marcou “o aparecimento de novas organizações e forças sociais de base” (p.75), que se dedicavam a debater sobre as dificuldades do cotidiano de seus integrantes, dando menos atenção às interações com o Estado. E também resultou em inúmeros questionamentos quanto aos modelos tradicionais

---

<sup>9</sup> Sigla que se refere a diferentes identidades e performances de gênero e sexualidade: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queers*, intersexuais, assexuais e mais outros não listados.

de estudos dos movimentos sociais, assim como a transformação dos paradigmas de análise desses atores.

A popularização da internet deu início não somente ao que hoje compreendemos como debate e apoio às causas ativistas, e as transformações de modelos ativistas como o ciberativismo, como também resultou no "hackeativismo". Alcântara (2015), baseado na obra *"Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: a mapping of extraparlamentarian direct action net politics"* de Wray (1998) vai trabalhar também com o conceito do "hackeativismo politizado". Segundo a autora, esse conceito é entendido como uma ação política, que não envolve a mobilização e nem a participação de um grande grupo, por justamente depender do anonimato de seus membros, podendo, inclusive, por este motivo, ser realizado de forma individual e, na maioria das vezes, produzido de forma ilegal.

Por outro lado, é possível afirmar que o ciberativismo também gerou impacto na postura da grande mídia burguesa. Enquanto grandes veículos de comunicação estampavam capas de jornais e revistas chamando manifestantes de "vândalos", ativistas utilizavam as redes sociais para compartilhar textos, fotos, vídeos e áudios, na busca de apoio da população e legitimidade em suas lutas. Segundo Barros (2013), a mídia tradicional burguesa passou a ter que estabelecer um equilíbrio e legitimar as manifestações que ocorriam em nível nacional, destacando e repreendendo ações violentas de ambos os lados. Além de contribuir para a transformação do poder e do controle dominante, já que a partir dele, informações relevantes que antes a população não teria acesso, consegue chegar através de mensagens, vídeos e áudios, dando espaço para o surgimento de novas formas de organizações e lutas.

## TENDÊNCIAS NA LUTA ESTUDANTIL DA UERJ

O movimento estudantil da UERJ tal como existe hoje é um processo de construção histórica que atravessa diferentes décadas. Desde as lutas mais antigas, como o processo de redemocratização e a greve estudantil em 1982 (BRANDT, 2005) até as lutas mais contemporâneas, a UERJ vai se apresentar como símbolo de resistência em sua garantia de qualidade de ensino.

Durante a pesquisa de campo realizada com o movimento estudantil da UERJ algumas tendências foram identificadas e diante de um contexto pandêmico, vários apontamentos

foram realizados pelos estudantes. Cabe destacar que a referida pesquisa foi realizada no período de janeiro a junho de 2021, com 17 (dezessete) estudantes<sup>10</sup>, através de um questionário *online*, elaborado no *Google Forms*, contendo trinta perguntas e divididas em 5 eixos: 1) Identificação; 2) Acesso e permanência na universidade; 3) Participação estudantil; 4) Movimento/Entidade e/ou Coletivo de atuação; 5) Pandemia.

O primeiro eixo "Identificação" permite considerar o público que esse movimento estudantil representa, que é a juventude. Além disso, 14 dos estudantes se identificam negros (pretos e pardos), em sintonia com o papel das políticas de ações afirmativas de acesso e permanência nas universidades. Quanto à identidade de gênero foi observado apenas homens e mulheres cis. Contudo, um dado interessante foi a observação na questão sobre orientação sexual, onde percebe-se uma quantidade igualitária entre bissexuais e heterossexuais e uma estudante se identificando como lésbica. Podemos identificar que, tanto a questão de gênero, quanto a questão de orientação sexual desses estudantes que se autodeclararam vão atravessar os debates do movimento estudantil da UERJ na atualidade, mostrando mais a frente, durante a discussão, as bandeiras de lutas dos movimentos que fazem parte.

Na questão sobre acesso por cotas, 14 estudantes responderam que esta não foi a sua forma de acesso, mas destacam a relevância da visibilidade na luta desses grupos, que é reforçado pela pergunta seguinte, quando os entrevistados mencionam a ampliação de cotas para pessoas trans, entendendo que a política como uma reparação histórica, que abre portas para a diversidade dentro do espaço acadêmico e alguns, apresentam também o desejo pelo fim do vestibular.

No terceiro eixo "Participação Estudantil", permite observar que 10 dos estudantes indicaram o início de sua militância entre 2015 a 2018, mesmo período de luta em que o estado e a UERJ passavam por uma crise financeira. É possível destacar a possível tendência de intensificação das lutas a partir de 2015, tendo em vista que a maioria passou a se organizar neste ano e, nos anos seguintes, as conjunturas políticas apenas se agravaram com o estopim da crise da universidade em 2016 e o golpe de 2016, resultando nos cortes mais profundos na educação durante o governo de Temer, a eleição de

---

<sup>10</sup> Número que corresponde a 0,06% do universo de cerca de 29 mil estudantes matriculados na UERJ. Contudo, este dado busca proporcionar uma melhor compreensão sobre o universo pois, de fato, não há dados sobre o quantitativo de estudantes militantes e ativistas que atuam na universidade.

Bolsonaro em 2019 e atualmente, na pandemia, a luta por vacina para todos e a postura negacionista do presidente.

Esta análise é reforçada quando observado os tipos de entidades que os entrevistados se aproximaram, 41,2% afirmaram ter iniciado por Entidades tradicionais (Centro Acadêmico, Diretório Central de Estudantes ou Federação/Executiva de Curso) e a mesma porcentagem, 41,2%, disseram ter iniciado a militância/ativismo através dos movimentos e coletivos político-partidários, demonstrando o impacto que a conjuntura política representou em suas vidas política. Também reforça o dado que metade afirma que suas bandeiras de luta estão a "Defesa da educação, da formação profissional e da universidade" e tendo também como resposta significativa a "Construção político-partidária de partidos progressistas".

Mesmo que a grande maioria tenha se identificado como entidades estudantis tradicionais, é importante destacar os movimentos presentes, como os "movimentos e coletivos identitários: Antirracista, Feminista, LGBTQIA+, Anticapacitista e Antigordofobia ou Religioso", que irão levantar novas formas/conteúdos desses movimentos. Alcântara (2015) vai destacar o ciberativismo como as novas organizações e forças sociais de base sendo uma forma questionar os modelos mais tradicionais. Desta forma, esses dados permitem considerar a internet e as redes sociais como uma tendência às novas formas e conteúdos, visto que é uma crescente a utilização tanto da militância quanto do ativismo.

O quarto eixo "Movimento/Entidade e/ou coletivo de atuação" reforça a prevalência de entidades estudantis tradicionais e partidários, no entanto, mesmo que em menor número, em comparação às militâncias tradicionais, ainda sim as novas formas de militância e ativismo se fazem presentes, demonstrando o crescimento das pautas identitárias dentro da universidade. Atualmente, as causas identitárias vem ganhando cada vez mais força, até mesmo nas entidades estudantis clássicas, isto se confirma durante a pesquisa, quando o estudante é questionado sobre as pautas atuais de seu movimento/entidade/coletivo, onde podemos perceber um número expressivo de pautas antirracistas, feminista e LGBTQIA+.

Outro número que se mostra relevante é a assistência estudantil e a luta pela educação. Cursos com conteúdos sobre lutas antirracistas, conjuntura política, gênero e LGBTQIA+ são os que se mostram mais presentes entre a promoção de formação política proporcionada por esses movimentos/entidades/coletivos. Isto representa um aumento da

importância dessas pautas, sobretudo porque este público está cada vez mais ocupando os espaços universitários e, por isso, se intensifica a necessidade de diálogo tais temas.

Na temática ciberativismo os estudantes entrevistados citam algumas mudanças nas formas e conteúdos das lutas estudantis dos últimos tempos, como o aumento do uso da ferramenta internet e redes sociais em seus movimentos/entidades/coletivos, seguido pelo aumento dos debates sobre questões antirracistas e a luta feminista. Segundo 10 dos estudantes entrevistados, a utilização da internet em seus grupos é para a divulgação do movimento/entidade/coletivos, suas pautas e demais conteúdos relacionados à luta estudantil, seguido por mobilizar o movimento e facilitar a comunicação. Todos os estudantes demonstraram usar a internet e as redes sociais de alguma forma para manter as atividades.

Por fim, quanto a opinião do movimento/entidade/coletivo sobre ensino remoto emergencial na UERJ durante a pandemia, 9 dos estudantes se colocaram contra o ensino remoto, representado, alguns questionaram se esta seria a melhor decisão para todos os estudantes da universidade e uma quantidade pequena de estudantes demonstraram ser a favor das aulas *online*. Destacamos que por ser uma resposta aberta, alguns estudantes mencionaram o fato de terem comparecido nas assembleias e plenárias de curso e perceberam a decisão sobre o ensino remoto vindo da reitoria da UERJ como antidemocrática, pois segundo eles não foram ouvidos trabalhadores tampouco e nem estudantes. O Diretório Central dos Estudantes, segundo esses estudantes, se mostrou apenas como porta-voz da reitoria, em lugar de representar e organizar os estudantes.

Segundo a maioria dos entrevistados, os auxílios propostos pela reitoria foram insuficientes e não conseguiram proporcionar as condições básicas para os estudantes. O pacote de dados do *SIM Card* não consegue dar conta das demandas das aulas e não levou em consideração os inúmeros alunos trabalhadores, que também estão cuidando de seus familiares na pandemia. Alguns alunos entrevistados ressaltam que o ensino a distância desconsidera as questões de saúde mental e física dos estudantes que vivem num momento de desemprego em massa, aumento dos trabalhos informal e precarizado, além das condições do local de estudo, que nem sempre pode se apresentar como propício.

Frente a um governo ultraneoliberal, que mantém uma postura negacionista frente à pandemia do Covid-19, não somente a área da saúde como a área da educação ficaram abaladas. A falta de apoio aos estudantes, principalmente os de baixa renda, cotistas e

trabalhadores resultam no trancamento dos cursos. Alguns entrevistados ressaltam que a assistência estudantil deveria ser realizada de maneira integral, incluindo auxílio financeiro e psicológico. Estudantes apontam que o ensino remoto vai na contramão das conquistas estudantis e que seria necessário dar voz a mais estudantes, permitindo uma participação ativa nas deliberações sobre a possibilidade e a conclusão tirada sobre o ensino remoto. Um estudante menciona que "O que se viu foi uma falsa consulta onde só se levou em consideração as posições da Reitoria" e um outro conclui que o ensino remoto "Só aumenta mais as desigualdades que no dia a dia já existem e que com a pandemia e o ensino remoto se acentuaram". Diante dos posicionamentos dos alunos entrevistados há que se refletir: para quem é o ensino remoto?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa reforçam que a atuação do movimento estudantil não é algo que ficou apenas no passado. Os estudantes protagonizaram e ainda protagonizam lutas sociais decisivas para a história do país, demonstrando sua capacidade de renovação e atestando sua importância para o direcionamento político e da educação no país. No ensino superior, a importância da participação nessas lutas vai além, pois promove um amadurecimento político dos estudantes que vai refletir não somente dentro dos muros da academia, como também na sua atuação profissional e cidadã.

Atualmente, com a educação tendo por algoz um governo ultraneoliberal e neofacista, estudantes demonstram sua insatisfação com a forma que o governo vem gerindo a educação, se colocando contra os ataques à universidade e à ciência. Nesse sentido, tem se posicionado contra o avanço do EaD nas universidades, compreendendo que o ensino remoto não abrange a todos, sobretudo alunos cotistas, trabalhadores, de baixa renda, assim como a população das zonas rurais e periféricas, que nem sempre podem contar uma internet de qualidade e aparelhos eletrônicos e arcar com todas as demandas que o modelo exige. Além disso, o movimento estudantil agregou às suas pautas de reivindicações a exigência por vacina para todos, entendendo a saúde pública como um direito para todos, inclusive para o corpo discente das universidades públicas e privadas do país.

A utilização da tecnologia de informação e comunicação como novas ferramentas de militância e ativismo, ganhou força durante a pandemia, em razão da

necessidade de protestar apesar das medidas de distanciamento social. Permitiu a continuidade do diálogo da juventude, a discussão das suas pautas e a divulgação de seus posicionamentos e ações. Por outro lado, a luta nas ruas não foi e nem tão cedo será abandonada. São muitas as formas de exploração e opressão da sociedade capitalista e da classe dominante, que contam com representantes como o governo brasileiro atual. Assim, a juventude em movimento estudantil, seja por meio de entidades ou de coletivos, vem se fazendo presente, observando os protocolos sanitários, em inúmeras manifestações contra o atual estado de coisas, exigindo: educação pública, gratuidade e de qualidade! vacina no braço e comida no prato! vidas negras importam! vidas indígenas importam! orgulho e luta LGBTQIA+! nenhuma a menos! não há planeta b! e fora Bolsonaro!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, L. M. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.8, n.23, p. 73-97, jun.-set.2015.

ANTUNES, Ricardo. Podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral. **Entrevista**. Brasília-DF: Andes, 2018. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9729>. Acesso em: 10 out. 2021.

BARROS, Laura Santos de. **As manifestações de junho no Brasil e o Hacktivismo: uma compreensão do ciberativismo enquanto um fenômeno intrínseco aos movimentos sociais contemporâneos**. Orientador: Camila Cornutti Barbosa. 2013. 96f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre. 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88898> Acesso em: 26 mai. 2021.

BRANDT, Daniele Batista. **Estamos em greve: O significado da greve estudantil da UERJ em 1982**. Orientador: Elaine Rossetti Behring. 2005. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro. 2005.

-----; CISLAGHI, J. F. Desmonte e financeirização da seguridade social em tempos de pandemia. In: MAURIEL, A. P. O.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M. da; LIMA, R. S. (Orgs.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 159-180.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

IRACHANDE, A. M. **Identidade, reivindicações e diálogo**. Brasília-DF, P. 32, 2017.

LEFEVBRE, H. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos.** São Paulo: Editora Documentos, 1968.

MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes.** Lisboa: Antídoto, 1979.

MPL-SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem - história da participação política dos estudantes brasileiros.** 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.

SALES, A. L. F. **Militância e Ativismo: cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade.** Assis, 2019.

SILVA, A. J. **A formação do militante anarquista: primeiros movimentos para uma leitura distinta.** Tese de Doutorado em História. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SILVA, Fernanda Cristina de Assis. Formas e conteúdos no movimento estudantil na contemporaneidade: como os novos ativismos impactam a luta estudantil da UERJ. Orientador: Daniele Batista Brandt. 2021. 174 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro. 2021.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, n. 86, pp. 28-39, junho/agosto, 2010.

SOARES, S. B. V; MARTINS, J. R. V. et al. (Orgs.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil.** Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

WRAY, Stefan. *Electronic civil disobedience and the World Wide Web of hacktivism.* Nova Iorque, 1998.